

## **Para pensar a relação entre migração, raça e corpo a partir de pensadores sociais brasileiros no final do século XIX e início do século XX**

**To think about the relation among immigration, race, and body from the brazilian social thinkers in the end of 19<sup>th</sup> Century and the beginning of 20<sup>th</sup> Century**

Marcelo Ennes\*

**Resumo:** O objeto do presente artigo são as relações entre os temas da imigração, da raça e do corpo em obras de autores brasileiros na passagem do século XIX e XX. O objetivo geral consiste em verificar como o corpo aparece no debate sobre imigração e raça entre os autores escolhidos. A motivação do estudo que deu origem ao artigo está relacionada ao crescimento do número de publicações e de referência ao corpo em estudos contemporâneos sobre imigração, tema que é parte de uma agenda maior de pesquisa e que será objeto de uma nova publicação. As reflexões que ora apresentamos foram desenvolvidas a partir da revisão bibliográfica realizada em duas frentes. A primeira consistiu na retomada de leituras de importantes obras e autores que se dedicaram a estudar por assim dizer os precursores do pensamento social no Brasil que abordaram o tema da formação do povo brasileiro no período aqui estudado. A segunda frente de trabalho consistiu na releitura de obras destes precursores agora confrontadas com a possível relação entre imigração, raça e corpo. Ao final, o artigo demonstra que o corpo apareça sobretudo a partir da ideia de raça e de sua interface com o debate sobre a formação do povo brasileiro no qual a miscigenação é o tema medular. Neste contexto, raça e, indiretamente o corpo, é

---

\* Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e dos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador Produtividade 2/CNPq. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1989), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Pós-Doutorado pelo Centro de Estudos sobre Migrações e Relações Interculturais - CEMRI, Universidade Aberta, Lisboa/Portugal (2014). Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos/SP/Brasil (2024). Foi Diretor do Campus Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe entre 2008 e 2012, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFS (2018 - 2022), membro do corpo editoria da Revista Brasileira (2019 - 2021), Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) na gestão 2019 - 2021. Atualmente é Líder do Grupo de Pesquisa "Processos Identitários e Poder - GEPPIP. Integra o Centro de Estudos sobre Migrações e Relações Interculturais - CEMRI/UAb/Portugal na condição de pesquisador colaborador.

central tanto para autores que destacam aspectos genéticos e biológicos quanto para os que defendem a perspectiva culturalista.

**Palavras-chave:** Imigração. Raça. Corpo. Pensamento social brasileiro.

**Abstract:** The object of this article is the relation among the immigration, race and body subjects in the Brazilian social thinking in the ends of 19<sup>th</sup> Century and benign of 20<sup>th</sup> Century. The central goal consists in to verify how the body is party of immigration and body debate among the choice authors. The motivation of the study that give origin to this article have relation to the growth of numbers of Brazilian immigration studies where the body subject is present, this subject is part of a large research agenda that will be publicized in the future. The reflections present now were developed from a bibliography revision realized in two fronts. The first, consisting of readings of important works and authors that studied the Brazilian social thinking precursors that approached the Brazilian people formation. The second front is the rereading of these works and authors now confronted to the possible relation among immigration, race and body. At the end, the article show that the body, meanly, in its relation to race idea and to its interface to Brazilian people formation debate in which the miscegenation is the medullary question. In this background, race and, indirectly, body is central to the genetics and biological approach authors, on the other side, to authors that defend a cultural perspective.

**Keywords:** Immigration. Race. Body. Brazilian social thinking.

## **Introdução**

O objeto do presente artigo é a relação entre imigração, raça e corpo nas obras “Raças Humanas” (1957) de Nina Rodrigues, “Os Sertões” (1968) de Euclides da Cunha, “O Brasil Social” (2002) e “O Alemanismo” (1910) de Silvio Romero; “Raça e Assimilação” (1957) de Oliveira Vianna; “Seixos Rolados” (1927) de Roquette-Pinto e “Sobrados e Mucambos” (2000) e “O narcisismo gaúcho” (1968) de Gilberto Freyre. Todas estas obras foram originalmente publicadas entre a última década do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX. Cheguei a estas obras por meio de leituras preliminares de importantes intérpretes do pensamento social brasileiro do período como Giralda Seyferth em “Imigração no Brasil” (2004) e Pensamento Social

no Brasil (2015), Lilia Schwarcz em “O espetáculo das raças” (1993) e Renato Ortiz (2006).

Pensei esta problemática a partir de um contexto mais amplo, que envolvia as interfaces e atravessamentos destes mesmos temas, isto é, imigração, raça e corpo, que se estendia a Europa e aos EUA. Acessei este debate tanto por meio de autores contemporâneos como Michael Foucault (2002), David Le Breton (2004), Peter Gay (2001) e Norbert Elias (1993), como de autores que contribuíram para a formação de nossos intelectuais e seus argumentos ou para o debate mais geral sobre os temas da raça, imigração e corpo a exemplo de Franz Boas (1911) e Marcel Mauss (2003). De diferentes modos, estes autores ampliaram o campo de análise e me levaram a pensar nas conexões entre o problema deste artigo e questões relativas às imposições dos estados-nacionais, especialmente quanto aos riscos que a imigração representava à medida que colocava em risco a homogeneidade de sua população e seu projeto civilizatório. Além disto, ajudou-me a pensar e situar nossos autores no debate sobre ciência no período estudado.

O artigo é um primeiro passo de uma agenda de pesquisa que se estenderá à análise da mesma relação na passagem do século XX para o XXI. Ao final, pretende-se comparar como a relação entre imigração, raça e corpo aparecem nos dois contextos. Esta agenda teve origem no reconhecimento da maior centralidade do tema do corpo em estudos migratórios brasileiros (e não só brasileiros) nos últimos 20 anos. Optei por retornar 100 anos, já que há indicativos de que esta relação e o entendimento sobre a relação entre imigração, raça e corpo, ainda que se utilize dos mesmos termos, possuem sentidos e implicações teóricas e políticas distintas. Por ora fiquemos no primeiro período.

Como conclusão, o presente estudo sinaliza para aproximações e distanciamentos entre deterministas raciais e deterministas culturais. De um modo geral, a miscigenação no Brasil aparece como incontornável, bem como uma tendência de se esperar que a médio longo prazo a população brasileira caminhará para sua homogeneização, atendendo assim uma das exigências do estado-moderno no período. A exceção mais clara, como se verá, fica por conta de Nina Rodrigues. Os deterministas raciais trabalham com a ideia de hierarquia racial, o que influenciará em suas visões sobre imigração. Os deterministas culturais contestam não apenas a

pertinência da raça como categoria explicativa da sociedade, como também, apostam na miscigenação como característica não apenas inevitável, mas, também, desejável.

Ao final do artigo, procurei demonstrar, a partir da análise da relação entre imigração, raça e corpo, a mudança da correlação de forças entre o determinismo racial e o cultural. As teses culturalistas ganharam maior espaço e se tornaram hegemônicas no cenário acadêmico brasileiro, mas o eugenismo e o racismo ainda se faziam presentes especialmente em órgãos ligados à imigração sob o Governo Vargas.

## O problema

O contexto maior no qual se inscreve o campo de análise deste estudo se situa no debate teórico e político sobre a consolidação dos estados nacionais, mais particularmente, da formação do povo que lhe corresponde. Este debate é atravessado pelo projeto de homogeneização cultural, projeto no qual o diferente e o estranho são vistos como ameaça. Esta diretriz ganha contornos próprios em nações que recebiam imigrantes. Nestes casos, a afirmação do Estado Nacional passa pela definição de políticas de imigração e de assimilação do imigrante, seja no Novo, seja no Velho Mundo como veremos a seguir.

Neste contexto, a raça aparece como categoria discursiva, ainda que pretensamente biológica. Ou dito de outro modo, a biologização da raça é uma construção discursiva baseada no princípio da evidência científica tal como era preconizada à época<sup>1</sup>. De acordo com Lilia Schwarcz “*O problema racial é, portanto, a linguagem pela qual se torna possível aprender as desigualdades ou observadas, ou mesmo uma certa singularidade nacional.*” (SCHWARCZ, 1993, p. 236).

Assim, a ideia de raça ganha força analítica e categorizadora. Alberto Quijano (2002), por sua vez, defende a perspectiva segundo a qual a raça é uma ideia inventada pela modernidade ocidental-capitalista que serviu para a classificação dos povos e nações, ao mesmo tempo, para sua hierarquização e justificação da ordem econômica, política e cultural da época. Esta perspectiva não está muito distante de autores europeus como Bauman para quem “*Os estranhos tipicamente modernos*

---

<sup>1</sup> Para uma visão mais panorâmica sobre a emergência e o uso da ideia de raça, veja APPIAH, Kwame A. **A invenção da África**. In: \_\_\_\_\_. Na Casa de Meu Pai. Contraponto, 1997. p. 19 – 51.

*foram o refugio do zelo de organização do estado”* (1999, p. 28.) Ou como sintetiza, Peter Gay

Em suma, grupo após grupo buscava descobrir inimigo e todos os lugares. Alguns deles eram reais, mas o inimigo favorito era a outra raça. Jeremias imaginou um combate mortal entre as raças, embora se os cenários variassem: anglo-saxões contra Celtas, arianos contra semitas, europeus contra asiáticos, brancos contra negros. (GAY, 2001, p. 87)

Ainda nesta linha de entendimento, Foucault, em sua aula de 17 de março 1976 (2002), retoma a construção da raça como expressão da vida biológica e como tal uma evidência, igualmente, classificável e hierarquizável que a através da ciência é instrumentalizada pela biopolítica, isto é, como expressão do poder estatal em organizar e controlar a sociedade (FOUCAULT, 2002, p.304).

Ademais, a centralidade do biológico como evidência científica no período pode ser observada não apenas na própria centralidade da teoria de Darwin e em seus desdobramentos e atravessamentos no pensamento social do período e em teorias de pensadores como Herbert Spencer y Èmile Durkheim, e claro de modo muito mais explícito e sistematizado nas teorias eugenistas de Cesare Lombroso, Enrico Ferri, R. Garofalo e Alexandre Lacassagne, entre outros.

Por sua vez, se a questão migratória no final do século XIX para o século XX, está, entre nós, no Brasil, associado aos fluxos da Europa e Japão para as Américas, estudos como o de Hall (1998) e Alencar (2022) demonstram que países europeus também recebiam imigrantes e sua racialização era igualmente observada.

Como se vê, a relação entre imigração e raça não era exclusiva de pensadores americanos, sejam do norte, centro ou do sul do continente. Para além da localização geográfica das teorias e de seus autores, a evidência biológica, especialmente materializada por meio da ideia de raça e do determinismo racial, era uma problemática que extrapolava a questão migratória e, principalmente, a questão migratória nas Américas, e se mostrava como uma questão central seja para a ciência seja para a política da época. Neste sentido, pode-se dizer que a raça tem sido em diferentes contextos, migratórios ou não, um meio de designar o outro, mas, também, de autodesignar-se (APPIAH, 1997).

Por outro lado, o chamado determinismo racial não estava sozinho e nem circulava sem críticas e resistências no campo acadêmico e político da época. Ainda no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, autores, como Franz

Boas (1911) e um pouco mais tarde, Marcel Mauss (2003), ofereceriam explicações dissonantes, em geral sustentada pela importância do meio social e cultural a conformação das sociedades e, inclusive, sobre o corpo. Este “determinismo cultural”, como veremos, influenciará Roquette-Pinto e Gilberto Freyre.

Herdeiros, de modo mais direto ou indireto, do pensamento sobre raça e seus desdobramentos sobre miscigenação e imigração, que circulavam nos grandes centros acadêmicos e econômicos, os pensadores brasileiros tais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Roquete-Pinto e Gilberto Freyre para ficar apenas entre os que serão citados neste artigo, irão se posicionar de diferentes modos no debate sobre raça, miscigenação e imigração. Partindo da incontornável condição de povo miscigenado, emergiram ideias, teorias e propostas diferentes (nem sempre opostas). Além de ocuparem o centro do palco das disputas sobre ideias e teorias sobre o povo brasileiro, estes autores atuaram diretamente na formulação e aplicação de leis imigratórias que estabeleceram os critérios de seleção dos imigrantes mais desejados ou não.

No que diz respeito ao tema da miscigenação e sua relação com a imigração no Brasil, para ficarmos apenas entre os “deterministas raciais”, havia os que apoiavam, tal como Sílvio Romero e Euclides da Cunha a miscigenação com europeus para branquear nossa população e, por outro lado, Nina Rodrigues, era contra, porque entendia que a miscigenação resultaria na herança dos piores traços de cada uma das raças miscigenadas. Entre os “deterministas culturais”, tanto Roquette-Pinto, quanto Gilberto Freyre, defendiam a abertura cultural e os ganhos para o povo brasileiro a partir da miscigenação com imigrantes.

Não se deve deixar de notar que estas ideias brasileiras tinham origem no confronto entre teorias formuladas na Europa e nos EUA<sup>2</sup>. Para além de uma perspectiva linear, o debate entre eugenistas e seus críticos possui vários momentos em que ora um se afirma como hegemônica, ora outro. Olhando retrospectivamente, não deixa de causar algum espanto a crítica de eugenistas a teses e autores a eles contemporâneos considerados de igualitaristas, que defendiam a não existência

---

<sup>2</sup> Há um interessante e importante diálogo entre Renato Ortiz em *Cultura Brasileira e identidade nacional* (2006) e Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas* (2000) sobre a recepção das ideias e teorias sociais de pensadores europeus no Brasil na passagem do século XIX para o XX.

hierarquias entre as raças e o livre arbítrio, a exemplo da crítica que Nina Rodrigues faz a Tobias Barreto (RODRIGUES, 1957, p. 51/52).

Por sua vez, como veremos, o tema do corpo não é central no período em análise e para os autores aqui estudados. Para encontrar a conexão com as questões relativas à imigração, raça e corpo, vale lembrar Le Breton e sua crítica e seu estudo sobre tatuagens (2004, p.38) onde critica Lombroso, entre outros motivos, pela associação destas mudanças corporais a indivíduos degenerados. Esta crítica nos ajuda a compreender como a tatuagem inscrita no corpo é, pelo autor italiano, relacionada à condição de selvagem que pode ser associada ao imigrante em alguns contextos em oposição ao civilizado e seu corpo.

Em *Meditações Pascalianas* (2007), Bourdieu defende que a escolástica e seus seguidores deslocam a percepção do mundo pelos sentidos sensoriais (olfato, paladar, tato) pela visão. Nesse sentido, os sentidos diretamente dependentes do corpo são abandonados ou recalcados, como diz Bourdieu, em benefício primeiro da visão (olhar a distância sem envolvimento corporal) e posteriormente pela razão. Daí podemos derivar a ideia e a centralidade dos traços fenóticos como elementos identificadores e classificadores das raças tanto para deterministas raciais quanto para deterministas culturais.

Como já visto acima em relação à ideia de raça, o corpo é uma medida que serve ao controle das populações. Giddens (2003) lembra o geógrafo sueco Torsten Hägerstrand (1916 - 2004). Conhecido por seus estudos sobre imigração, Hägerstrand propõe o conceito “tempo-geografia” como expressão do “[...] interesse de localização de indivíduos no tempo-espço, mas confere especial atenção às restrições à atividade decorrentes de propriedades físicas do corpo e dos ambientes em que os agentes se movimentam.” (GIDDENS, 2003, p. XXVII/XXVIII). Daí poderíamos pensar que os traços étnicos entendidos como evidências corporais podem ser elementos facilitadores e dificultadores do movimento e circulação de pessoas em sua trajetória migratória e nas sociedades de destinos.

A importância do corpo no contexto imigratório do período pode ainda ser pensado a partir de Elias (1993) e ao ressaltar a dimensão incorporada do processo civilizador. Isto é, a definição do imigrante desejado estava associada a um projeto civilizador que por sua vez se expressava em padrões de alimentação e cuidados com o corpo. Evidentemente que estes padrões eram lidos a partir de uma perspectiva

eurocêntrica que dependia de quem era o país receptor e qual era a nacionalidade do imigrante. Por exemplo, no Brasil, tratava-se de selecionar o imigrante que contribuiria para nosso projeto civilizatório, enquanto que no Velho Mundo, o que estava em jogo era a manutenção do que se pensava ser a civilização e conter o risco da imigração de “selvagens”.

A construção do problema de pesquisa que norteia este artigo passa, como se vê pela articulação temática entre imigração, raça e corpo. Parte destes vínculos, especialmente a relação entre imigração e nação, já foram discutidos como atentam as obras de Giralda Seyferth (2015), Lilia Schwarcz (1993) e Renato Ortiz (2006). Aqui procura-se retomar este debate a partir da releitura de algumas obras de pensadores sociais brasileiros do final do século XIX e início do século XX, tais como Nina Rodrigues (1957), Euclides da Cunha (1968), Silvio Romero (1910, 2002) Oliveira Vianna (1954), Arthur Roquette-Pinto (1927) e Gilberto Freyre (1968, 2000). Neste sentido, indago: Como o tema da imigração está relacionado com o de raça e entre os autores aqui selecionados? Como este tema se relaciona com a questão da miscigenação e formação do povo brasileiro? A dimensão corporal deste tema está presente? Se sim, como o corpo é pensando naquele contexto?

### **As disputas sobre raça e imigração e suas relações com o corpo** **Autores e argumentos “pró-raça” ou deterministas raciais**

Nina Rodrigues, médico baiano, foi um dos precursores do eugenismo no Brasil. Escreveu o artigo “A loucura epidêmica de Canudos” (2006) onde, assim como Euclides da Cunha, classificou Antônio Conselheiro como um louco e degenerado em razão de sua miscigenação (SEYFERTH, 2015, p. 108). Para além do tema da eugenia, Nina Rodrigues interessou-se pelas religiões de origem africana e por dados demográficos sobre a população negra no Brasil (SEYFERTH, 2015, p. 79).

Segundo Lilia Schwarcz (1993), Nina Rodrigues é um dos representantes do pensamento social brasileiro que irá eleger a raça como uma “verdadeira obsessão” quando se tratava de compreender a formação social do Brasil e seu futuro. Nina Rodrigues aparece ao lado de Sílvio Romero e Euclides da Cunha como um dos pais fundadores do pensamento social brasileiro (ORTIZ, 2006, p. 14). Como todos os autores aqui analisados, Nina Rodrigues estava interessado na problemática da



formação do povo brasileiro para qual o tema da mestiçagem era central. Ele compartilhava da ideia de que a mestiçagem era inevitável e que sempre seria problemática. Neste sentido, como afirma Seyferth (2015), não haveria para ele, solução no campo da educação. Segundo a autora, para Nina Rodrigues, o resultado do cruzamento era mais uma questão de quais raças estavam sendo cruzadas. O resultado era, no entanto, irremediavelmente problemático (SEYFERTH, 2015, p. 13, p. 74, p. 81, p. 105).

Seu livro “Raças humanas” (1957), publicado pela primeira vez em 1894, foi dedicado aos italianos Cesare Lombroso, Enrico Ferri e R. Garofalo e os franceses Alexandre Lacassagne e Corre. Além destes autores, Nina Rodrigues, referência várias vezes Herbert Spencer e Gabriel Tarde de modo a alinhar sua abordagem ao eugenismo às teorias sociais da época fortemente marcadas pela sobreposição do mundo social pelo biológico. Por outro lado, critica as teorias universalistas que se apoiam em princípios tal como o livre arbítrio e neste sentido antagoniza com contemporâneos como Tobias Barreto (1957, p.61). Pode-se dizer que o objetivo da obra, é desenvolver um argumento que justifique uma reforma no direito penal brasileiro da época (final do século XIX e início do XX) que reconheça as diferenças raciais da população brasileira e das diferenças climáticas das várias regiões do Brasil. Neste sentido, o autor critica o Código Penal brasileiro como expressão de um “universalismo nacional”. Nina Rodrigues defende a necessidade que, de acordo com as características raciais e climatológicas, os estados brasileiros deveriam ter sua própria codificação penal.

Seus argumentos são construídos a partir do recurso da antropometria e da genética. O biológico é entendido como uma realidade observável e mensurável, portanto, recorrer a ele é um caminho para demonstrar a cientificidade e rigor de suas teses. Neste sentido, Nina Rodrigues, não apenas vincula, mas, também, procura demonstrar o determinismo biológico sobre as características sociais e psicológicas dos indivíduos e grupos sociais. (1957, p.53). Para o autor, por exemplo, o esforço e capacidade intelectual é um atributo fisiológico. Daí dar centralidade do conceito de raça como base objetiva para análise das sociedades e da suposta da hierarquia entre elas.

Isto é, a “base objetiva” serve não apenas para demonstrar que as raças são diferentes, mas, também, desiguais, de modo a justificar sua hierarquização como

superiores e inferiores, o que por sua vez, justificaria o domínio de uma raça sobre as demais (RODRIGUES, 1957, p. 114). São essas as premissas a partir das quais parte para defender suas ideias sobre o “povo brasileiro” e, indiretamente, do eventual papel do imigrante em sua formação.

Como já apontado por Lilia Schwarcz, Renato Ortiz e Roberto Schwarz, a recepção de teorias e do ideário europeu por autores brasileiros no período ocorreu por meio de diferentes ajustes. É a partir destas leituras que conseguimos entender que embora, claramente eugenista, Nina Rodrigues adota uma postura incomum sobre a miscigenação. Face à sua inevitabilidade (RODRIGUES, 1957, p.83) e ao reconhecimento de que ela não levaria a homogeneização do povo brasileiros, se opondo neste ponto a Silvio Romero (2002, p. 90), o autor elabora o argumento de que nem todo mestiço é igual e que se deveria atentar para os elementos raciais que participam deste processo. Neste sentido, se “resigna” a esperança de que alguns mestiços possuem maior capacidade para a educação e civilidade, a exemplo do mulato (RODRIGUES, 1957, p. 145.)

Dentro de seus pressupostos e das fórmulas delas derivadas, Nina Rodrigues enxerga a imigração tanto como uma fonte de melhoramento de nossa inevitável tendência à miscigenação quanto para o desenvolvimento econômico. O autor atribui à presença de imigrantes (italianos e alemães) como uma das causas do aprofundamento das diferenças entre o sul, inicialmente produzidas pelas diferenças climáticas, região que vinha recebendo grandes contingentes, e o Nordeste que permanecia fechado aos imigrantes. (RODRIGUES, 1957, p. 96)

O tema do corpo não é diretamente tratado pelo autor em Raças Humanas. No entanto, está indiretamente presente como a unidade básica a partir do qual a raça é reconhecida, mensurada e classificada. Esta é a base lógica a partir da qual se constrói os encadeamentos entre traços fenótipos, raça, predisposição à civilização e inteligência. Daí a centralidade de técnicas ligadas a antropometria fortemente defendida por suas teorias e autores por ele referenciado, a exemplo de Lombroso.

Euclides da Cunha é, ao lado de Sílvio Romero e Nina Rodrigues lembrado por Renato Ortiz (2006) como um dos fundadores das ciências sociais e um dos representantes do positivismo em sua variação do determinismo racial e geográfico. Esta filiação teórica pode ser observada em Os Sertões, obra literária e obra etnográfica de grande envergadura. O determinismo racial e geográfico é facilmente

identificado na estrutura da obra e em seus capítulos sobre a “terra, o homem e a luta”. Tal como Nina Rodrigues (2006), Euclides da Cunha encontra a origem da “loucura” de Antônio Conselheiro em sua base racial miscigenada. Há, no entanto, a relação entre o racial com o social. Este é formado por aquela. Por isto, em sua obra é frequente a referência à dimensão social e histórica de Antônio Conselheiro e de Canudos. (CUNHA, 1968, p.112).

De acordo com Seyferth, o tema da miscigenação aparece em Euclides da Cunha, ao escrever sobre a Guerra de Canudos em *Os Sertões*, tal como em Nina Rodrigues como expressão de geração (SEYFERTH, 2015, p. 107). No entanto, Euclides da Cunha, matiza a ideia do mestiço quando diferencia o sertanejo, o forte do sertão; do mulato, o degenerado das zonas litorâneas (idem p.105 e p.107), o que reforça sua filiação ao determinismo geográfico.

*Os Sertões* foi originalmente publicado em 1902 e, como se sabe, a obra está estruturada em partes principais: a terra, o homem e a luta. No que diz respeito ao “homem”, Euclides da Cunha não foge ao mote científico da época segundo o qual a miscigenação é algo negativo. Produz degeneração tanto entre os povos, quanto no indivíduo. É este o argumento que está por de trás da interpretação de Antônio Conselheiro como um “doido” (2006). Há, contudo, duas particularidades em Euclides da Cunha não encontradas em outros intelectuais do período fortemente influenciados pelo eugenismo, a exemplo de Nina Rodrigues. Primeira, há uma exceção: o Sertanejo do Norte que embora seja mestiço, conseguiu herdar o que há de melhor das raças que o formam. Segundo, o componente social parece mais presente. Ainda que estas dimensões histórica e social contemplem o elemento étnico/racial, ele serve mais para analisar comparativamente o Brasil como país mais atrasado em relação à Europa mais avançada, do que como princípio explicativo que questionaria tanto o determinismo racial quanto o geográfico.

Euclides da Cunha não se ocupa com os temas da imigração e do corpo de modo direto em “*Os Sertões*”. O corpo aparece indiretamente como evidência da etnia/raça, de aspectos da sanidade e força, mas também, como expressão da insanidade e da loucura. Já o imigrante é um contraponto ao sertão brasileiro e às suas pessoas e modos de vida. Ao retomar as concepções de Schutz e Simmel sobre o estrangeiro, Otávio Ávila (2021) destaca que em *Os Sertões* há a oposição entre o

sertanejo e o mundo europeu, mas também em relação à população litorânea (ÁVILA, 2021, p. 41).

No que diz respeito a Sílvio Romero, como se sabe, o autor sergipano foi um importante crítico literário e estudioso do folclore brasileiro (SEYFERTH, 2015, p. 79). Irei abordar Sílvio Romero a partir de duas de suas obras. O primeiro texto, O Brasil Social (2002), se refere a uma discussão sobre a sociedade brasileira e sobre os obstáculos que impediam seu desenvolvimento econômico e social. Já, no segundo, “O Alemanismo” (1910), autor tratou do tema da imigração de modo mais direto.

Como Nina Rodrigues, Sílvio Romero é um pensador que nasceu e se formou no nordeste brasileiro. É um importante representante da Escola de Direito de Recife (SCHWARCZ, 1993, p. 143 - 172), e teve Tobias Barreto, criticado por Nina Rodrigues em Raças humanas, conforme acima lembrado, como um de seus importantes seguidores.

Sílvio Romero pensava na formação da nação (SEYFERTH, 2015, p. 69) a partir da constatação, compartilhada pelos outros autores, de que a miscigenação era incontornável. Este projeto deveria se concretizar por meio do branqueamento de nossa população, processo no qual a imigração cumpria um importante papel (SEYFERTH, 2015, p.13, SCHWARCZ, 1993, p. 154). Sílvio Romero, assim, defendia a ideia da miscigenação positiva (SEYFERTH, 2015, p. 84).

Em o “Brasil Social” publicado originalmente em 1907, o determinismo racial praticamente não aparece. Neste sentido, ao menos nesta obra, não há referências diretas e/ou recorrentes a autores e ideias eugenistas, mesmo que ele retorne em outros capítulos da mesma coletânea como em “Brasil na primeira década do século XX (2002, p. 109 e p. 142) . De fato, ao seu modo, Sílvio Romero (2002), não se opõe à miscigenação e volta o seu olhar para outros problemas brasileiros da época. Para o autor, em “O Brasil Social”, o país sofre com sua organização cultural, social e econômica. No primeiro caso se destaca a distância entre o intelectual e o burocrata brasileiro com o povo em geral. Entre ambos há um enorme abismo. Do ponto de vista social, faltaria maior hierarquização e coesão social. Em “O Brasil Social” Sílvio Romero refere-se ainda à formação *comunitária* da sociedade brasileira que teria dificuldades de competir com os povos de formação *particularista* em termos de desenvolvimento social e econômico no contexto do capitalismo da época. Ainda do ponto de vista econômico, o autor considera um erro a não distribuição de terras a ex-

escravos o que teria contribuído para que não fossem convertidos em agricultores e, como tal, uma classe produtiva (ROMERO, 2002, p. 87).

Em “O Brasil Social”, Sílvio Romero faz referências a vários autores europeus entre eles, Robert Spencer e Le Play, Charles Darwin e Ernest Haeckel, autores que atribuíam à sociedade característica do organismo biológico, de onde deriva sua perspectiva teórica e política sobre coesão e progresso social. Assim, tal como no mundo biológico, entendia haver evolução no mundo social.

Ainda que Sílvio Romero defendesse a importância da imigração europeia para o projeto de branqueamento de nossos mestiços, ele não a defendia a todo custo. De acordo com Seyferth (2015, p. 96/97), imigrantes, a exemplo dos alemães, deveriam ser distribuídos em todo o país de modo a facilitar sua assimilação. Para o autor a questão migratória não é apenas racial, mas sobretudo, uma política de estado e como tal deve zelar pelos interesses na nação. Assim, se os imigrantes aparecem como um problema, um estorvo não é por questões raciais propriamente dito, mas por questões ligadas ora às influências negativas no plano da cultura e dos costumes, em (frades), ora do campo da política (anarquistas). Seja pela superstição, seja pelo ideário político, estes imigrantes aparecem como estorvo a ideia de coesão e progresso social. Além disso, o imigrante é visto como risco à medida em que não são assimilados independentemente se são proprietários da indústria ou do comércio ou se são trabalhadores. Neste sentido, Sílvio Romero, faz duras críticas às autoridades federais do início do século XX por serem omissas quanto à “integração” de imigrantes, questão nos leva à sua segunda obra.

Em “O Alemanismo”, publicado originalmente em 1906, Sílvio Romero empreende uma análise social baseada em documentos oficiais, atas de associações, cartas, matérias de jornal. O autor tem como foco a problemática migratória, especialmente, a que envolvia os alemães e a sua inserção no sul do Brasil a partir do modelo da colonização. Nesta direção, critica duramente Julio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, políticos gaúchos que atuaram tanto no governo daquele estado como tiveram passagens no legislativo nacional.

Em “O alemanismo” (1910), mais uma vez, a questão racial não aparece como central e o autor volta-se ao que considera descaso e omissão das autoridades brasileiras frente à situação em que se encontravam estes imigrantes no que diz respeito ao seu isolamento e à sua não assimilação. Ainda que a questão racial se faça

presente em seu texto, principalmente, a partir dos artigos de jornal citados, está claro que sua compreensão do perigo representado pelos alemães, não é de origem racial e tem origem em causas sociais, históricas, culturais e políticas.

Além disso, Silvio Romero está preocupado com a emergência da Alemanha como potência mundial e os riscos que as colônias do sul formada por imigrantes alemães representavam para a soberania do Brasil. O autor vê riscos com a presença alemã com a sua não assimilação (para usar um termo estranho ao autor) e a maior evidência é a não aprendizagem da língua portuguesa pelos imigrantes e, especialmente, seus descendentes. Silvio Romero contrasta a realidade dos colonos alemães no Brasil com a dos que viviam nos EUA onde teriam sido assimilados pelo país o que era evidenciado pelo aprendizado do inglês (1910, p. 117, 128 e outras). Para o autor, a condição dos imigrantes alemães no sul Brasil estava muito próxima de ser parte de uma estratégia de expansão ultramarina da Alemanha. O autor, chega a afirmar que até o momento o Brasil estava salvo graças a Doutrina de Monroe dos EUA que mantinha o domínio alemão distante do Brasil (1910, p. 130).

No que diz respeito ao corpo, ele aparece mais uma vez de modo indireto. Nesta obra, ao contrário de “O Brasil Social” há algumas referências a características fenotípicas e a raças. Estas referências, no entanto, aparecem mais nas citações do material bibliográfico por ele utilizado, do que como parte de seu próprio argumento. Mais uma vez, questões históricas e sociais parecem se sobrepor a questões genéticas mesmo que reapareça em obras posteriores como em “Brasil na primeira década do século XX” (2002) como limites intransponíveis mesmo para a educação e a ação do estado.

Entre os autores aqui escolhidos como representantes do determinismo racial, o carioca Oliveira Vianna (1883 - 1951) é o que vem a público mais tardiamente e deu origem a ideias sobre a formação do povo brasileiro. Giralda Seyferth (2015, p. 127 e 129) o considera como “o racista mais delirante”, entre os autores aqui em foco. Formado em Direito, é considerado um dos principais representantes da sociologia nacional nascente (PORTO,2004). Além disso é considerado representante do positivismo no Brasil e ter sofrido influências de Arthur de Gobineau e Georges Vacher de Lapouge (SEYFERTH, 2015, p. 126). Dois importantes representantes do eugenismo . Ainda que seus estudos comecem a ser publicados no início da década de

1920, uma de suas obras mais conhecidas “Raça e Assimilação” só veio a público pela primeira vez em 1932.

Oliveira Vianna possui uma trajetória no interior de instituições ligadas ao tema da migração na década de 1930 sob os governos de Vargas, a exemplo do Conselho de Imigração e Colonização (SEYFERTH, 2015, p. 120). Em “Raça e Assimilação” procurou definir com clareza os métodos e o objeto do que chamou de “biotipologia da psicologia étnica”. A partir disso estabelece que a psicologia das etnias é uma ciência social, do ramo da psicologia coletiva que se volta à psicologia nacional, enquanto que a psicologia das raças seria uma ciência natural, ciência que trata a raça como um fato biológico. Neste caso, a objetividade está no fato de ser mensurável estatisticamente como evidência válida e necessária para se garantir o rigor científico.

Como dito, “Raça e Assimilação” é publicado em 1932, portanto, em um contexto em que as teses culturais ganham importância a exemplo de obras de Roquette Pinto e Gilberto Freyre. Não obstante ao crescimento da importância das teses culturais, expressão da mudança da correlação de forças no interior do campo acadêmico no Brasil no período, neste livro, Oliveira Vianna, elabora uma extensa justificativa para a tese racial. Parte da ideia de que as raças humanas são desiguais. Neste sentido, critica como tendenciosa as teorias que defendem a igualdade, a exemplo do Nina Rodrigues já havia feito no início do século XX. Segundo ele mesmo, seu objetivo no livro é demonstrar mais a existência desta desigualdade do que defender a tese de superioridade e inferioridade de uma raça sobre a outra. O que pode ser entendido como um eufemismo já que quando se trata de povos africanos, por exemplo, Oliveira Vianna fala em ausência de aptidão para a civilização.

Entre os deterministas raciais, Oliveira Vianna é o que mais se dedica à questão migratória e sua relação com a formação da nação brasileira. Desde o início da década de 1920, vinha publicando obras sobre o tema, a exemplo do primeiro volume de “Populações Meridionais do Brasil”, cuja continuidade só seria publicada em 1952, após sua morte. Em “Raça e Assimilação” elege o conceito de *melting pot* como critério para eleger imigrantes desejados, isto é, sua capacidade de assimilação e adaptabilidade.

Tal como Silvio Romero, Oliveira Vianna irá criticar a imigração alemã. Para tanto recorre às falhas do governo brasileiro tanto em relação às deficiências dos

censos em captar as diferenças internas das nacionalidades, quanto à ausência de políticas de integração. Mas ao contrário do autor sergipano, Oliveira Vianna se deterá na questão da assimilação apresentando (e criticando) as estatísticas sobre casamentos interétnicos como uma das evidências sobre quais procura demonstrar quais seriam as raças/nacionalidades mais assimiláveis.

“[...] em síntese: o *melting-pot*, nos grandes centros de imigração oferece um duplo aspecto: a) negativo: da maior ou menor tendência das etnias ao isolamento; b) positivo: da maior ou menor tendência das etnias a fusão” (OLIVEIRA VIANNA, 1954, p. 84).

Neste sentido, não se opõe a imigração, mas a condiciona à sua predisposição assimilativa. Além deste critério, o autor mostra-se contra a imigração de surdos, mudos e deficientes mentais já que os consideravam como expressões da degeneração humana.

Mais uma vez podemos entender que o corpo aparece sob a ideia de raça. Para Oliveira Vianna a condição racial estaria mais ligada ao genótipo dos imigrantes do que a seu fenótipo.

### **Autores e argumentos “pró-cultura” ou deterministas culturais**

Pode-se dizer que Roquette-Pinto atuou de modo a inverter a correlação de forças dentro do campo intelectual brasileiro na época. Segundo Schwarcz o autor “*Começava a aglutinar uma vanguarda intelectual que, ainda de forma frágil, se opunha frontalmente ao racismo científico, moeda corrente em períodos imediatamente anteriores*, (SCHWARCZ, 1993, p. 96).

Sua defesa da miscigenação e do que podemos chamar determinismo cultural mantém relação com suas referências a autores estrangeiros tais como Friedrich Ratzel e Franz Boas, referência igualmente importante para Gilberto Freyre.

Como antropólogo<sup>3</sup>, crítica a antropometria, “*A antropologia não se limita mais a medir crânios e a calcular ‘índices’ discutíveis, na esperança de poder separar as ‘raças superiores’ das ‘raças inferiores’ [...] são agora ‘adiantadas’ e ‘atrasadas’*. (1927, p. 90). Defende, assim, a associação da antropologia com a

---

<sup>3</sup> Segundo Giralda Seyferth Roquette-Pinto, foi um dos primeiros a ser chamado de antropólogo no Brasil (2015, p.142)



sociologia para enfrentar os desafios das ciências sociais já que “*estudamos aquilo que nos afeta.*” (1927, p. 165).

Sua inserção no campo acadêmico brasileiro incluiu a atuação como gestor do Museu Nacional, defensor da radiodifusão e um pensador da nacionalidade brasileira. Além disso, esteve à frente do Congresso de Brasileiro de Eugenia (SCHWARCZ, 1993, SEYFERTH, 2015, p. 33), ocasião em que apresentou sua crítica ao determinismo racial que orientou, de diferentes maneiras, os autores já apresentados neste artigo. Atribuiu à educação e à promoção da cultura como os grandes fatores de desenvolvimento social e econômico e de integração cultural.

Em *Seixos Rolados*<sup>4</sup>, obra publicada em 1927, reúne um conjunto de artigos cujo conteúdo tem em comum a defesa do Brasil como jovem nação constituída por um povo majoritariamente mestiço e uma terra rica geográfica e ecologicamente. Roquette-Pinto, confere à antropologia o papel de estudar a imigração e como as raças se transformam a partir dela. Neste sentido, o livro é uma crítica às teorias eugenistas que ainda mostravam força no Brasil.

Roquette-Pinto defende a diversidade racial e cultural como fator de desenvolvimento nacional. Para o autor as teorias de hierarquização das raças não passam de “diletantismo científico” (1927, p.279,). O autor diferencia claramente o biológico do social e do cultural (1927, p. 299), o que não o impede de defender que há diferenças entre as raças (umas mais inteligentes, outras mais sentimentais e terceiras mais pertinazes (1927, p. 288). No entanto, as raças se diferenciam, como as radiações do espectro (1927, p. 288) mas não são hierarquizáveis. Além disso, estas diferenças, são convergentes e se complementam ao se encontrarem.

Roquette-pinto defende a diversidade cultural ainda que se preocupe sobre como este novo elemento, caso o imigrante, será absorvido pelo nacional. A ideia de “fusibilidade” está presente em sua obra (SEYFERTH, 2015, p. 146), ideia, aliás compartilhada por Oliveira Vianna, ainda que com implicações políticas fossem praticamente opostas. Neste sentido, Roquette-Pinto defende a imigração japonesa e

---

<sup>4</sup> Foi por meio da leitura *Seixos Rolados* que cheguei ao estudo de Boas sobre modificações corporais em imigrantes e seus descendentes nos EUA. Na realidade os estudos de Boas sobre modificações corporais entre descendentes de imigrantes nos EUA (1911) reforça a ideia de que a temática da imigração já estava associado a tema do corpo como demonstraram os estudos de Sander Gilman sobre cirurgias estéticas étnicas no começo do século XX nos EUA e Europa (GILMAN, 2005) Este tem sido um tema também por abordado recentemente (ENNES, 2010, ENNES, RAMOS, 2017,2018, 2021).

sua assimilação dependeria das iniciativas do estado e da sociedade receptora (SEYFERTH, 2015, p. 146). Isto é, o problema não seria o caráter inassimilável do grupo, tal como Oliveira Vianna. Roquette-Pinto defende que a solução deste problema é mais de ordem pública, como, por exemplo, a criação de oportunidades, especialmente ligadas à educação e o ensino no português para que o imigrante seja assimilado.

A centralidade da cultura como elemento explicativo das diferenças e sua superação tem como pressuposto a ideia de que as características étnicas não se transmitem geneticamente aos descendentes, mas são adquiridos, isto é, não são herdados. Esta é a origem da crítica à Euclides da Cunha e os eugenistas<sup>5</sup>.

Em *Seixos Rolados* pode-se dizer que o corpo e suas funções biológicas são usadas como metáforas, como a ideia de transfusão. Isto é, a chegada de imigrantes precisa ser entendida como um risco necessário já que é fonte de riqueza e inovação, mas, também, representaria o risco de uma "embolia" (1927, p. 89) caso a condição de corpo estranho prevaleça. Além disso, como já apontado, o corpo como dimensão biológica na raça não é a referência para se pensar as diferenças entre as raças posto que estas diferenças são adquiridas e não herdadas.

Por sua vez, Gilberto Freyre teve participação central na mudança da correlação de forças no interior do campo acadêmico no período a favor da tese da cultura em detrimento da raça, (ORTIZ, p; 19). Segundo Gilberto Freyre (2000),

O que aquela escola (Boas) acentuou foi o erro de interpretação antropológica de se identificarem as diferenças entre as raças, com idéias de superioridade e inferioridade; e principalmente, o de se desprezar o critério histórico-cultural na análise das supostas superioridades e inferioridades de raça. (p. 138. 2000)

O tema da raça, no entanto, não está ausente em sua obra (SEYFERTH, 2015, p. 166 e 167). Para além ideia da democracia racial, expressão que ele mesmo nunca utilizou, é possível criticá-lo pela erotização da escravidão no Brasil (SEYFERTH, 2015, p. 168). A raça ainda se faz presente em sua sociologia genética a partir da qual não apenas o povo brasileiro resulta da miscigenação, mas também, daí depreende as características sociais e culturais do país. Esta seria a fórmula para o que Giralda Seyferth chama de miscigenação eugênica (Idem, p. 172). De qualquer modo, Gilberto

---

<sup>5</sup> Não deixa de chamar a atenção que embora dura e contundente, sua crítica à obra de Euclides da Cunha, especialmente, em relação aos Sertões, é ponderada e procura explicar os equívocos do autor de os Sertões (127, p. 263 e seguintes, SEYFERTH, 2015, p. 148).

Freyre tornou-se referência nacional e internacional sobre as dinâmicas de miscigenação no período do Pós-Guerra. Contexto no qual observa-se um esforço internacional pelo sepultamento do racismo e das teorias racistas (UNESCO, 1970, 1972).

No que diz respeito ao tema da imigração, de acordo com Marcio Oliveira (2022), não obstante, não ser um sociólogo da imigração, Gilberto Freyre fez contribuições significativas para este campo de estudo no Brasil isto em razão da presença do tema em obras como *Ordem e Progresso* (1959), *O luso e o trópico* (1961) e *Novo Mundo dos Trópicos*, obras publicadas foram do recorte temporal do estudo que deu origem a este artigo e, portanto, não serão aqui analisadas.

Por outro lado, do ponto de vista de seus objetivos deste artigo e de seu recorte temporal, a presença de Gilberto Freyre para o tema da imigração não deixa de estar associada ao tema da miscigenação. No período aqui analisado, o imigrante aparece tangencialmente em suas principais obras da década de 1930, tais como obras como “*Casa Grande & Senzala*” (1933), “*Sobrados & Mucambos*” (1936) isto se não considerarmos, como a princípio, os portugueses, holandeses e judeus europeus como imigrantes.

Neste sentido, a imigração pode aparecer como um risco ao projeto miscigenador supostamente inerente a nossa sociedade, herança dos colonizadores portugueses, à medida que se mantém isolados e não assimilados. Problemática recorrente em Roquette-Pinto e, também, em Silvio Romero.

É assim que em o *Narcisismo Gaúcho*, Freyre, a partir da ótica do regionalismo procura pontos de conexão e de diferença entre a região nordeste e o sul. Em comum, aponta o narcisismo, isto é, a tendência nacional de “contemplarmos a nós mesmos”. De diferente, os elementos que participaram do processo de miscigenação. Assim, o gaúcho é o elemento nacional que assimilou, a propensão de combinar o “arcaico e moderno” e o “romantismo e a eficiência” como resultado da presença de alemães e italianos na região. São estas características que avaliam a previsão de Gilberto Freyre de que o Rio Grande do Sul se aproxima do Estado de São Paulo da época no que diz respeito ao desenvolvimento econômico.

Em *Sobrados e Mucambos* (2000), por sua vez, Freyre retoma o tema da miscigenação, tanto para explicar as dinâmicas de mobilidade social no Brasil Imperial, como para tratar do tema da imigração. Neste caso, a erotização das

relações sociais reaparece nas relações entre homens imigrantes e mulheres brasileiras.

Não só por nenhuma repugnância sexual desses europeus pelas negras, ou pardas, ao contrário, talvez por encontrarem nelas algum pegajento encanto sexual, como pelo fato – já salientado neste ensaio – das pretas, principalmente as Minas, representarem considerável valor econômico: mãos de lavadeira, de boleira, de doceira, de cozinheira, de fabricante de bonecas de pano, capazes de os auxiliar nas suas primeiras lutas de imigrantes pobres. [...] Os imigrantes portugueses e italianos, tão numerosos nos meados do século XIX, sobretudo nas cidades, tornaram-se, assim, grandes procriadores de mulatos (2000, p. 634)

Aí está uma síntese da fórmula freyriana sobre miscigenação que inclui os imigrantes na qual a erotização é apenas central mas também cumpre a finalidade de ascensão social. Neste sentido, em Sobrados & Mucambos a miscigenação é inevitável, positiva e não converge para a harmonização das relações sociais e nem para a homogeneização da sociedade brasileira.

O corpo na obra freyriana extrapola em muito o tema da imigração. Este tema está associado ao debate sobre miscigenação, debate no qual, opera, por assim dizer um deslocamento do determinismo racial para o cultural. Este deslocamento, não entanto, de acordo Seyferth não levaria ao abandono definitivo à raça já que Freyre manteria a referência à “cor da pele” (2015, p. 182 e 183). Ainda que esta ideia possa ser sustentada, parece que o autor não associa de modo definitivo as características fenotípicas do mestiço brasileiro como expressão da raça em seu sentido biológico e genético. Tratando da mobilidade social, Gilberto Freyre (2000) afirma:

De modo que não era só de “raça parda” que se passava arbitrariamente à “branca”; também da branca se passava do mesmo modo, à “parda”, contanto que o deslocamento correspondesse à conveniência, para o indivíduo, de interesse político ou social de domínio. (2000, p.638)

Raça, cultura, estrutura social e corpo estão estritamente conectados em Gilberto Freyre. Entendo que o corpo em Gilberto Freyre é menos racializado no sentido biológico e mais erotizado e sexualizado. De qualquer modo seu significado é atravessado pelas dinâmicas sociais e de poder no interior das quais se torna cambiante e ambivalente.

## **Aproximações e distanciamentos**

A apresentação e discussão dos autores selecionados neste artigo sobre as ideias sobre miscigenação e formação do povo brasileiro, a participação da imigração neste processo e sobre como o corpo aparece em suas respectivas análises nos conduzem a algumas aproximações e alguns distanciamentos entre suas contribuições. Veremos a seguir que apesar do uso de diferentes métodos e fontes de pesquisa, todos os autores se defrontavam com as exigências do campo científico da época fortemente marcada pelo positivismo e determinismo. Partamos dos pontos mais próximos e semelhantes

### **Aproximações**

O primeiro ponto de aproximação diz respeito ao contexto. Todos os autores não fogem dos parâmetros e limites tanto das demandas do estado-moderno, como as relacionadas à nacionalidade e formação do povo de um determinado país, quanto das ciências moderna marcada pela ideia da definição do objeto e do método de análise. É neste contexto que o debate sobre imigração, raça e, indiretamente, o corpo ganha relevância e centralidade.

No que diz respeito às disputas científicas, como já dito, os autores estavam presos ao paradigma da ciência moderna. De um modo geral todos eram deterministas, isto é, buscam demonstrar a relação de causalidade entre a importância da raça ou, de outro lado, da cultura para a formação do povo brasileiro.

Aqui cabe voltar sobre as referências nas quais nossos pensadores sociais se apoiaram. Se de um lado, técnicas de mensuração do corpo e seus membros eram utilizadas como método para chegar à evidência sobre não apenas as diferenças entre as raças, mas também de como elas se posicionam em uma hierarquia entre as superiores e as inferiores. Curiosamente, esta mesma técnica foi utilizada por autores contemporâneos para demonstrar que o componente genético é não age de maneira exclusiva na formação corporal dos seres humanos, mais especificamente, entre imigrantes. Este é o caso do estudo sobre as modificações corporais em descendentes de imigrantes nos EUA desenvolvido por Franz Boas (1911) durante a primeira década do século XX nos EUA. Neste estudo, o antropólogo procurou demonstrar por meio de técnicas de medição do corpo que a forma do crânio e a estatura de crianças

imigrantes e de filhos de imigrantes também estavam também relacionados a fatores culturais e sociais como os relacionados aos cuidados e posição dos bebês no berço e ao padrão alimentar. Assim, antecipando o que Csordas chamaria de incorporação, Boas confronta seus adversários no campo político, demonstrando estatisticamente como a dimensão biológica do corpo é afetada pelo ambiente social. Neste caso, técnicas de pesquisa semelhantes levaram a resultados diferentes.

O reconhecimento da miscigenação como uma realidade inevitável para a formação do povo brasileiro é um outro ponto que aproxima as obras aqui consultadas. Aqui, como já reconhecido por outros autores (SEYFERTH, 2015, SCHWARZ, 2000, SCHWARCZ, 1993, ORTIZ, 2006) a pauta internacional sobre o debate sobre raça se impõe no cenário brasileiro, mas com dinâmicas próprias e até contraditórias. Como ponto em comum, interessa notar que sejam os deterministas raciais, sejam os deterministas culturais viam não apenas que a miscigenação era inevitável (com suas diferentes perspectivas, como veremos a seguir) mas que sempre caminhava para a homogeneização. Destaca-se aqui o conceito de *melting pot* importado por Oliveira Vianna ou de fusibilidade de Roquette-Pinto (SEYFERTH, 2015).

Um terceiro ponto de aproximação é o lugar do Estado como promotor do projeto de formação do povo brasileiro a partir da inevitabilidade da miscigenação. O estado era considerado como responsável pela implementação das políticas imigratórias e, também, por ações que visam a integração do imigrante à sociedade brasileira especialmente por meio do aprendizado da língua portuguesa nas escolas.

Para além das semelhanças entre deterministas raciais e deterministas culturais, cabe ressaltar algumas semelhanças entre os autores do mesmo grupo. Isto é importante já que, embora sob a mesma denominação, como veremos, estes autores guardam algumas diferenças entre si.

Entre os autores, aqui classificados como deterministas raciais, Silvio Romero e Euclides da Cunha são os que mais guardam semelhanças. Duas parecem ser mais evidentes. A primeira, ambos mantinham estrita relação com a literatura, seja como crítico literário, no caso de Sílvio Romero, seja como autor, no caso Euclides da Cunha. Ambos foram membros da Academia Brasileira de Letras (SEYFERTH, 2015, p. 78) Portanto, aqui que sejam lembrados como precursores da sociologia brasileira, foi a literatura uma de suas fontes privilegiadas de análise da realidade social

brasileira. A segunda semelhança se refere é a centralidade do determinismo racial, de certo modo, como influência da biologia, e do determinismo geográfico (SEYFERTH, 2015, p. 70). Por último, no que diz respeito, à miscigenação, tanto Sílvio Romero, quanto Euclides da Cunha, ainda que a reconhecesse como inevitável, entendia que ela conduziria ao branqueamento da população brasileira (SEYFERTH, 2015, p. 83)

## **Distanciamentos**

Os deterministas raciais, de um lado, buscavam as evidências e objetividade da análise a partir de métodos quantitativos como a frenologia, antropociometria e associavam seus argumentos às ciências biológicas como meio de atingir o núcleo da verdade sobre as raças que estavam ligadas às características genéticas que informavam a capacidade e competência para a vida na civilização.

Por outro lado, Roquette-Pinto e Gilberto Freyre, aqui denominados como deterministas culturais, também não deixaram de prestar contas ao modelo da ciência moderna da época. No entanto, seguem caminhos distintos e recorrem a fontes e métodos diferentes, tais como a etnologia e a pesquisa de documentos. Roquette-Pinto, por exemplo, um dos precursores da antropologia cultural no Brasil, procura validar sua análise sobre o povo, a miscigenação e a imigração a partir da especificidade do objeto das ciências humanas (estudamos a nós mesmos). Gilberto Freyre, ainda que seja um autor altamente polêmico, inclusive quanto ao seu método<sup>6</sup>, sustenta seu argumento com farta documentação e propõe uma sociologia genética, como uma nova sociologia capaz de compreender o Brasil a partir de sua miscigenação.

Deterministas raciais e deterministas culturais também se distanciam no que se trata às relações entre diferenças (raciais e culturais), desigualdade e hierarquização. Entre os primeiros as hierarquias parecem ser naturais e incontornáveis. Nina Rodrigues, por exemplo, defende um código penal que parta do pressuposto das hierarquias produzidas pelos diversos tipos mestiços e Euclides da

---

<sup>6</sup> Há perspectivas diferentes sobre o rigor metodológico na obra de Gilberto Freyre. Por exemplo, Peter Burke (1997), demonstra sua proximidade com a Escola dos Annales. Por outro lado, Giralda Seyferth (2015) lembra a crítica sobre a fragilidade no tratamento de dados, por exemplo, em *Casa Grande & Senzala*, uma vez Freyre não se apoiaria em uma análise documental.

Cunha destaca as diferenças entre os mestiços dos sertões e dos litorais do nordeste do Brasil. Há, no entanto, algumas diferenças entre os deterministas raciais quanto ao papel do Estado na melhoria da, por assim dizer, raça brasileira. Conforme assinalado Giralda Seyferth (2015, p. 90), ao contrário de Sílvio Romero e Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, entendia que a diferença racial (aqui sobreposta à ideia de desigualdade racial) não poderia ser remediada por políticas educacionais e de higiene. Aliás, esta é um dos pressupostos de sua defesa para a diferenciação do Código Penal entre brancos, mestiços e negros. Isto é, já que são irremediavelmente diferentes/desiguais não poderiam ser julgados pelas mesmas leis. Já os deterministas culturais apostam na miscigenação como meio de diminuição das diferenças não apenas raciais, mas também sociais e econômicas.

Diferentes e opostas referências teóricas conduziram os autores a visões distintas sobre imigração dentro da equação que deveria ser utilizada para a formação do povo brasileiro ideal. Para deterministas raciais a imigração é tão mais interessante quanto mais contribui para o branqueamento no processo incontornável de miscigenação. Entre estes, para além do fator racial, há um componente político que diz respeito ao tratamento dado pelo Estado brasileiro aos imigrantes no sentido de sua assimilação. Neste sentido, Sílvio Romero, criticou a presença de alemães no sul do Brasil não tanto por incapacidade de assimilação, mas a falta de zelo e cuidado que governantes do estado e da união tinham em relação ao expansionismo alemão do período.

Já Roquette-Pinto e Gilberto Freyre entendem que a imigração é fonte de novos arranjos de miscigenação e a partir da ideia de complementaridade, veem a presença de imigrantes como importantes seja na formação cultural brasileira, seja nos arranjos familiares formado por homens estrangeiros e mulheres brasileiras Gilberto-Freyre.

No que diz respeito mais especificamente ao tema corpo, como já apontado acima, ele não ocupa centralidade para as análises dos autores aqui revistados. Considerando as referências teóricas, no entanto, é possível dizer que entre os deterministas raciais o corpo, inclusive o dos imigrantes, é um corpo biológico e suas características fenotípicas (Nina Rodrigues) e genéticas (Oliveira Vianna) aparecem como evidência objetiva para legitimar as conclusões a que chegam os autores. Já entre os deterministas culturais, ainda que os traços fenótipos não passem



desapercebidos, a exemplo da cor da pele e da erotização em Gilberto Freyre, bem como o vocabulário herdado das ciências biológicas (Roquette-Pinto) o corpo que interessa ao antropólogo e ao sociólogo é aquele que é socialmente produzido, inclusive em suas formas e características físicas.

## **Conclusões**

O presente artigo procurou, inicialmente, situar o debate sobre imigração, raça e corpo no Brasil na passagem do século XIX para o XX em um contexto mais amplo em que a condição de estranho e de ameaça do imigrante representava ao projeto homogeneizador do Estado-Nacional do período não se restringia às Américas mas à condição de país receptor de estrangeiros. Do mesmo modo, buscou demonstrar as bases teóricas e metodológicas dos autores brasileiros do período aqui analisado e suas relações com o debate acadêmico e científico observado nos EUA e na Europa

No que diz respeito ao objeto mais específico do estudo que deu origem a este texto, ainda que buscasse neste artigo encontrar de modo mais explícito a relação entre imigração, raça e corpo, o tema mais recorrente foi o da miscigenação. É a partir desta chave que estes temas aparecem articulados. Diferentemente de hoje, a ideia de pluralidade cultural de um mesmo povo ainda não estava claramente formulada e por isto, como vimos, independentemente das abordagens e argumentos dos deterministas raciais e deterministas culturais, a miscigenação seja qual for e a partir de quaisquer elementos raciais convergiram para a formação de nossa nacionalidade.

Vimos que o debate sobre miscigenação pode ser entendido como parte de um campo de disputa acadêmico no qual o imigrante desejado passava pela teoria e método utilizados pelos autores e, também, de certo, por sua filiação institucional já que muitos estiveram ligados à Escola de Direito do Recife, a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Brasileiro de Geografia e História e/ou ao Museu Nacional. A correlação de forças entre o argumento do determinismo racial e o determinismo cultural parece guardar alguma relação com a maior ou menor centralidade dessas instituições no cenário intelectual brasileiro. O resultado foi a mudança da centralidade da raça para a da cultura quando consideramos a última década do século XIX e as três primeiras do século XX.

Não obstante a mudança da correlação de forças no campo científico brasileiro da época a favor dos deterministas culturais, os deterministas raciais, a exemplo de Oliveira Vianna mantiveram seu argumento “pró-raça” no âmbito da política institucional brasileira no Conselho de Imigração e Colonização do Estado Novo (SEYFERTH, 2015). Pode-se encontrar aí, um descompasso entre o campo acadêmico que pendia para determinismo cultural e o campo político institucional no qual o determinismo racial ainda se fazia presente.

O tema da imigração e do imigrante desejável, além de passar, como visto, por questões teóricas e metodológicas, estava estritamente relacionado com o debate sobre o povo brasileiro, como categoria central do estado-nacional, que esses pensadores defendiam. Como estudos anteriores já haviam concluído e ratificado por este artigo, o desejo de branqueamento/caráter civilizatório elegeu imigrante branco como preferido entre os deterministas raciais. No entanto, mesmo entre estes, a exemplo de Sílvio Romero, entendia-se que a simples origem racial do imigrante não resolveria os problemas da formação de nosso povo. Neste caso, o problema imigratório e assimilação não se restringia aos japoneses, por exemplo, mas, também, mantinha relação com a omissão do estado brasileiro em relação aos alemães e seu isolamento no sul do Brasil. Portanto, considerando os autores estudados a solução não era simples. Ora passava pela origem do imigrante, ora pela ação do estado e ora por ambos. E isto não era exclusivo nem aos deterministas raciais e nem aos deterministas culturais já que estas questões foram apresentadas por representantes de ambos os grupos.

Por fim, o tema do corpo não emerge como uma categoria central das leituras das obras e autores consultados. O corpo do imigrante é materializado pela raça e pela miscigenação seja pelo olhar biologizante, seja pela perspectiva culturalista. Isto é, ele aparece senão a partir da categoria de raça que ora é pensada a partir de elementos biológicos e genéticos, ora como produto histórico, cultural e social. Neste sentido, a raça seja a do brasileiro, seja a do mestiço, seja a do imigrante está ancorado em um corpo que a depender da abordagem teórica está mais ou menos pré-disposto à aptidão para o projeto de uma nacionalidade brasileira ao mesmo tempo singular, por ser mestiça, e civilizada.

## Referências

- ALENCAR, Thiago Romão. Estado, nação e regulação social. **Revista Ambivalências**, n. 10, jul/2022. p. 216 - 252.
- ÁVILA, Otávio. A estrangeiridade em Os sertões e o dilema da alteridade na imprensa brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 79, p. 36-52, ago. 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOAS, Franz. **Changes in the bodily form of descendants of immigrants**. Washington: Read Books, 1911.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p;17 – 58.
- BOURDIEU, Pierre. O conhecimento pelo corpo. In: BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 157 – 198.
- BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a Nova História. **Tempo Social**. 9 (2): 1-12, outubro de 1997
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1968.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história de costumes**. V. 2. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1993.
- ENNES, M.A. Imigrantes, cirurgias plásticas e poder em dois tempos: contribuição para uma hipótese de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 41, nº 2, jul/dez, 2010, p. 163-174.
- ENNES, M.A., RAMOS, N. Cirurgias estéticas étnicas e migração em Portugal e Espanha. **Revista Mediações**. v. 22. n 1, junho de 2017.
- ENNES, M.A., RAMOS, N. Immigrants and Body Modifications in the Consumer Consumer Society. **Management science and engineering**. v. 13, n. 3, 2018.
- ENNES, Marcelo Alario, RAMOS, Natalia. Interculturalismo, imigração e consumo modificações corporais em imigrantes em Portugal e Espanha. **Revista Estudos de Sociologia**. V. 26, n. 51. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREYRE, Gilberto. O narcisismo gaúcho. In: FREYRE, Gilberto. **Região e tradição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 241 – 254.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Record, 2000.
- GAY, Peter. **O cultivo do ódio: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HALL, Catherine. A Family for Nation and Empire. In: LEWIS, Gail (org.). **Forming Nation, Framing Welfare**. Londres: Routledge, 1998.

LE BRETON, David. **Sinais de identidade**: tatuagens, piercing e outras marcas populares. 1. ed. Lisboa: Miosótis, 2004.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 329 - 422.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Raça e assimilação**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Livra José Olympio Editora, 1954.

OLIVEIRA, **Márcio**. **Sociologia da Imigração no Brasil, 1940 - 1970**: a contribuição dos clássicos. Porto Alegre: Zouk, 2022.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PORTO, Walter Costa. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, 2004.

RODRIGUES, Nina. A loucura epidêmica de Canudos. In: RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 57 - 102.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas**. Salvador, BA: Progresso editora: 1957.

ROMERO, Silvio. O alemanismo. In: RODRIGUES, Nina. **Provocações e debates**. Porto, Portugal: Livraria Chardron, 1910. p. 115 – 163.

ROMERO, Silvio. **O Brasil social e outros estudos sociológicos**. Brasília: Senado Federal, 2002.

ROQUETTE-PINTO, Arthur. **Seixos rolados**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1927.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 - 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades: Ed. 34, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Aulas 2, 3 e 4. BAHIA, Joana, MENASCHE, Renata, ZANINI, Maria Catarina Chitolina (orgs.) **Pensamento Social no Brasil**. Notas de aula. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015. p. 67 - 204.

SEYFERTH, Giralda. Imigração no Brasil: comentário sobre a Contribuição das Ciências Sociais. **BIB**, São Paulo, n. 57, 1º semestre de 2004, p. 7 – 48.

UNESCO. **Raça e ciência**. v. 1. São Paulo: Perspectiva, 1970.

UNESCO. **Raça e ciência**. v. 2. São Paulo: Perspectiva, 1972.

*Recebido em Abril de 2023  
Aprovado em Junho de 2024*